



REFORMA NA ESPLANADA

Mais três ministérios entram na mira de Lula

Além da eventual confirmação de Guilherme Boulos na Secretaria-Geral de Governo, presidente deve promover mudanças nas pastas das Mulheres, de Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento Agrário e dar mais espaço ao Centrão

» VICTOR CORREIA

O carnaval trouxe novidades no cenário para a reforma ministerial — especialmente a possibilidade de o deputado federal Guilherme Boulos (PSol-SP) ocupar uma vaga no Palácio do Planalto. Porém, a depender das conversas nos bastidores de Brasília, a mudança pode ser mais profunda nos próximos dias. Ministérios como o das Mulheres, o da Ciência e Tecnologia, e o do Desenvolvimento Agrário devem ser alterados na reforma, após a posse dos novos ministros já confirmados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva: Gleisi Hoffmann, na Secretaria de Relações Institucionais (SRI), e Alexandre Padilha, ex-SRI, no Ministério da Saúde. Ambos assumem o cargo na segunda-feira.

A expectativa, inclusive entre aliados de Lula, é de que o presidente se aproxime do Centrão para garantir a governabilidade. O petista vive o pior momento de seus três mandatos em termos de popularidade e precisa alterar o cenário para ter chances de emplacar a reeleição, ou um sucessor, em 2026. Há dúvidas, porém, se esse será o caminho escolhido pelo chefe do Executivo, ou se ele vai aprofundar a participação da esquerda e de seu próprio partido na gestão.

Uma das trocas consideradas é a do Ministério das Mulheres, ocupado por Cida Gonçalves. Ela sofreu uma série de acusações de assédio moral de servidores da pasta, incluindo supostos casos de racismo e discriminação. Segundo os relatos, teriam havido gritos e ameaças de demissão contra os funcionários, com acusações também contra a secretária-executiva do ministério, Maria Helena Guarezzi. As denúncias chegaram à Controladoria-Geral da União (CGU), que as enviou para a Comissão de Ética da Presidência — que decidiu arquivar a denúncia. Cida também nega as acusações.

Mesmo assim, o desgaste colocou a ministra como uma das que devem deixar o governo nos próximos dias, como ocorreu com Nísia Trindade, ex-ministra da Saúde. Uma ala do PT defende

Evaristo Sa/AFP



A expectativa, inclusive entre aliados de Lula, é de que o presidente se aproxime do Centrão para garantir a governabilidade

que o Ministério das Mulheres fique com a senadora Teresa Leitaô (PT-PE), mas a principal cota para substituí-la no momento é a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos. A troca abriria caminho para que um integrante do Centrão assumira o MCTI, pasta que possui orçamento considerável, de R\$ 16,6 bilhões em 2025, contra apenas R\$ 240 milhões do Ministério das Mulheres.

Nesse caso, o partido com maior interesse é o PSD, que, apesar de já comandar três pastas, quer uma com maior projeção do que o Ministério da Pesca, chefiado por Alexandre de Paula. Há dúvidas, no entanto, se Lula vai realmente incorporar mais partidos de centro em sua Esplanada, já que as sinalizações mais recentes vão na direção de a ministra como uma das que devem deixar o governo nos próximos dias, como ocorreu com Nísia Trindade, ex-ministra da Saúde. Uma ala do PT defende

Apoio de João Campos

Em entrevista durante o carnaval do Recife, João Campos comentou sobre a reforma ministerial e defendeu o presidente Lula. "Com a experiência que ele tem, o espírito público e o desejo de acertar, é natural que o governo faça um ajuste, e que ele vai liderar isso", frisou. Segundo o prefeito, o que o petista decidirá, será pensando em acertar.

é dialogar com movimentos sociais. A pasta, hoje, é comandada pelo petista Márcio Macêdo.

Tabata Amaral

Outra possibilidade ventilada é colocar a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) à frente da Ciência e Tecnologia, o que seria uma forma de atender aos pedidos do PSB por maior participação no governo e também prestigiar o prefeito do Recife, João Campos, de quem Lula vem se aproximando nos últimos meses — Campos namora a deputada federal e também é filiado ao PSB.

Também considerado demissionário por muitos é o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário. A atuação à frente da pasta é alvo de críticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que acusa o governo de não cumprir a promessa de seguir com a reforma agrária.

Segundo o movimento, na prática, nenhuma nova família foi assentada desde o início do mandato. Lula também demonstrou insatisfação a aliados com o desempenho do ministro. Atualmente, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), é considerado como um possível substituto, assim como o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto.

Lula recebeu Teixeira ontem para uma reunião na Granja do Torto, de onde despachou durante o dia. Os dois acertaram os detalhes de um evento, amanhã, em Minas Gerais, quando visitarão o Quilombo Campo Grande, e farão o anúncio da entrega de 12 mil lotes para famílias do movimento em todo o país, além de novas políticas de crédito e renegociação de dívidas para os produtores rurais. Será a primeira vez que Lula visitará um assentamento do MST neste mandato.

Ação contra Marinho

O ministro Sérgio Kukina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acolheu parcialmente agravo do ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), para anular o acórdão dos embargos de declaração proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) em caso de nepotismo cruzado contra o integrante do governo Lula. A ação volta para São Paulo.

De acordo com Kukina, o TJ-SP deverá se manifestar sobre o ponto "aqui considerado omitido". No caso, a Corte paulista deverá apontar nos embargos sobre a presença ou não de "dolo com finalidade ilícita por parte do agente". O apontamento se refere ao novo texto da Lei de Improbidade Administrativa (LIA) que, desde 2021, determina que a condenação por ato improprio deve ocorrer em casos de comprovado dolo dos envolvidos.

Em novembro de 2022, a 8ª Câmara de Direito Público do TJ-SP condenou Marinho, ex-prefeito de São Bernardo do Campo, e Carlos Alberto Grana (PT), ex-prefeito de Santo André, por improbidade administrativa decorrente da prática de nepotismo cruzado para a contratação de duas parentes (também condenadas pelo ocorrido), informou o TJ, à época. A pena aplicada é de multa equivalente a seis vezes a última remuneração, bem como impedimento de contratar com o poder público por 12 meses.

"Consta nos autos que, em 2015, a filha do prefeito de Santo André foi nomeada para exercer cargo comissionado em São Bernardo do Campo, enquanto a cunhada do prefeito de São Bernardo do Campo foi nomeada para exercer o cargo também comissionado em Santo André", informou a assessoria do tribunal.

Todos negam a prática de nepotismo cruzado. Em primeira instância, a sentença foi improcedente por considerar que as filhas dos dois políticos apresentavam capacidade técnica para ocupar os cargos.

Gleisi e Padilha iniciam transição na secretaria

A nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, se reuniu, ontem, com seu antecessor na pasta, Alexandre Padilha, que recentemente foi escolhido para o Ministério da Saúde. O objetivo foi tratar sobre a transição na articulação política do governo.

Este é o primeiro de vários encontros para discutir sobre o assunto, afirmou Padilha em uma publicação na plataforma X, na qual ele postou uma foto sentado ao lado de Gleisi. Segundo ele, os dois conversaram sobre o andamento de ações no "Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, na Secretaria de Assuntos Federativos, além da nossa agenda prioritária no Congresso Nacional, construída em parceria com os ministros e ministras no início deste ano".

Tal agenda, escreveu o ministro da Saúde, "reflete nosso

compromisso em votar projetos que construirão uma economia mais justa para o Brasil, como a Reforma da Renda". Além disso, promove "o empreendedorismo, o investimento, a educação como eixo central do desenvolvimento, o protagonismo no enfrentamento das mudanças climáticas, a proteção das famílias e dos negócios no ambiente digital, além da defesa da justiça social e da democracia", acrescentou Padilha.

"Este é apenas o começo de uma série de reuniões que farão parte dessa transição, sinalizando o início de um grande trabalho sob a liderança da nossa presidenta-ministra", arrematou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou Gleisi para a SRI na última sexta-feira. A posse da deputada federal e presidente do PT está marcada para segunda-feira.

Gil Ferreira



Alexandre Padilha e Gleisi Hoffmann conversaram sobre a transição na articulação política do governo



Essa agenda prioritária no Congresso Nacional reflete nosso compromisso em votar projetos que construirão uma economia mais justa para o Brasil, como a Reforma da Renda"

Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais